



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**PERCEPÇÕES DE MÃES DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA A RESPEITO DA INCLUSÃO**

João Pessoa

2021

FLÁVIA RAIANY SILVA BRASILEIRO

**PERCEPÇÕES DE MÃES DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA A RESPEITO DA INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Pedagogia da Universidade Federal
da Paraíba, como parte das exigências
para a obtenção do título de Licenciada
em Pedagogia.

Orientadora: Dr^a. Munique Massaro

João Pessoa

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B823p Brasileiro, Flavia Raiany Silva.

Percepções de mães de alunos com transtorno do espectro autista a respeito da inclusão / Flavia Raiany Silva Brasileiro. - João Pessoa, 2021.

43 f.

Orientação: Munique Massaro.

TCC (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação especial. 2. Transtorno do espectro autista. 3. Inclusão escolar. 4. Família. I. Massaro,

Munique. II. Título.

UFPB/CE

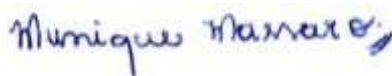
CDU 616. 896 (043.2)

Flávia Raiany Silva Brasileiro

**PERCEPÇÕES DE MÃES DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA A RESPEITO DA INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Pedagogia da Universidade Federal
da Paraíba, como parte das exigências
para a obtenção do título de Licenciada
em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA



Dr.^a Munique Massaro
Orientadora- UFPB

Dr.^a Izaura Maria de Andrade da Silva
Examinadora - UFPB

Dr.^o Magno Alexon Bezerra Seabra
Examinador - UFPB

Data da Defesa: 30 de junho de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua infinita bondade em minha vida, por mais que tenha sido tempos desafiadores ele nunca me desamparou. E a cada realização de cada nova etapa, eu vi suas bençãos em minha vida me fornecendo forças para continuar.

Ao meu esposo Samuel sou grata pela força e palavras de animo quando estava esgotada querendo desistir eram suas palavras que me motivavam a continuar, pela paciência que teve nessa fase difícil e acreditando que eu iria conseguir.

A minha mãe Fatima por todo apoio fornecido desde o início da minha educação, pelos ensinamentos que levarei para vida, a senhora foi o exemplo que sigo para chegar até aqui.

A minha orientadora Dra. Munique por tamanha paciência e ensinamentos passados por todo esse período que passamos juntas, a senhora foi a luz e o norte que faltava para iluminar as ideias que tinham e que estavam bagunçadas em minha cabeça, acredito que foi uma das melhores escolhas que tive para conclusão dessa etapa.

Aos meus colegas de turma que a UFPB me concedeu nesses anos de aprendizado, agradeço a cada um de vocês pelo apoio dado, pelos momentos vividos de alegrias e estudos.

Aos professores e professoras que desempenharam um papel fundamental na minha formação acadêmica, pelas suas orientações e ensinamentos passados durante em anos de estudo.

As minhas colegas de trabalho Izabel e Patrícia por todo apoio motivacional e estrutural nos momentos que mais precisei, vocês foram luz.

Cada um de vocês foram fundamentais para a minha jornada acadêmica até o presente momento, cada um me ajudou de maneira surreal e sou grata a todos. Muito obrigada!

Educar é realizar a mais bela e complexa arte da inteligência. Educar é acreditar na vida e semear esperança no futuro.

(AUGUSTO CURY)

RESUMO

A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista em escolas de ensino regular é um direito garantido na legislação brasileira, no entanto, esta realidade vivenciada pelas mães, muitas vezes, é desafiante. Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção de mães a respeito da inclusão dos seus filhos com transtorno do espectro autista nas escolas de ensino regular. Para a coleta das informações, foi realizada uma pesquisa exploratória com a aplicação de um questionário, previamente elaborado, que foi enviado por meio de grupos de *WhatsApp* e respondido por seis participantes que são mães que tem filhos com transtorno do espectro autista. Após a coleta de dados, todas as respostas foram agrupadas e foram analisadas conforme as perguntas disponíveis no questionário. A partir dos resultados obtidos pelo questionário pôde-se evidenciar a visão das mães acerca da inclusão. As mães consideraram que as escolas se adequam, da maneira que podem, para conseguir incluir os alunos nas escolas, mesmo em meio a algumas falhas e dificuldades enfrentadas. Além disso, identificou-se que sem o apoio das mães no trabalho realizado pela equipe escolar, o processo de aprendizagem da criança com transtorno do espectro autista se torna ainda mais complexo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Transtorno do espectro autista; Inclusão escolar; Família.

ABSTRACT

The inclusion of students with autism spectrum disorder in regular schools is a right guaranteed in Brazilian legislation, however, this reality experienced by mothers is often challenging. Thus, this research aims to analyze the perception of mothers regarding the inclusion of their children with autism spectrum disorder in regular schools. For the collection of information, an exploratory research was carried out with the application of a previously elaborated questionnaire, which was sent through whatsapp groups and answered by six participants who are mothers who have children with autism spectrum disorder. After data collection, all answers were grouped and analyzed according to the questions available in the questionnaire. From the results obtained by the questionnaire, it was possible to evidence the mothers' view about inclusion. Mothers considered that schools are adequate, in the way they can, to be able to include students in schools, even in the midst of some failures and difficulties faced. Mothers considered that schools are adequate, in the way they can, to be able to include students in schools, even in the midst of some failures and difficulties faced. In addition, it was identified that without the support of mothers in the work performed by the school team, the learning process of children with autism spectrum disorder becomes even more complex.

Keywords: Special Education; Autistic spectrum disorder; School inclusion. Family.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA COMUM.....	12
2.1Características do Transtorno do Espectro Autista.....	12
2.2 Legislações acerca da inclusão escolar.....	16
2.3 Processos de Inclusão.....	20
2.4 A participação da família no processo de educação escolar.....	25
3 MATERIAL E MÉTODO.....	29
3.1 Tipo de Pesquisa.....	29
3.2 Aspectos Éticos em Pesquisa e Participantes.....	30
3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados.....	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	45

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção de mães a respeito da inclusão dos seus filhos com transtorno do espectro autista nas escolas de ensino regular. Além disso, tem como objetivos específicos, conhecer o perfil de cada aluno com Transtorno do Espectro Autista e identificar as dificuldades para o processo de inclusão nas escolas de ensino regular.

Pretendo analisar a visão das mães a respeito de como está sendo desenvolvida a inclusão, que é o olhar de quem vive a cada dia com a realidade proposta na conjuntura educacional. Este é um tema que vem sendo discutido ao longo dos anos e que está ganhando cada vez mais força no cenário atual.

A escolha deste tema de pesquisa se deu a partir das experiências vivenciadas na escola que atuo com um aluno com transtorno do espectro autista (TEA) e também após as observações do sobrinho do meu esposo que também tem TEA. Na escola, passei a conviver com um aluno de cinco anos que tem o transtorno do espectro autista. Por observar de perto como a escola age em situações com alunos com TEA, posso considerar essa experiência relevante, pois me fez refletir, como educadora, no que posso colaborar nesse contexto atual da nossa realidade educacional. O aluno com que convivi era um aluno novato, que estava em processo de acompanhamento. Ele já tinha sido expulso de três escolas e, novamente, o caso se repetiu nessa nova escola.

A escola, mesmo oferecendo vagas para alunos com TEA, não tinha como dar assistência suficiente para atender todos os alunos que estão matriculados. Havia cerca de 15 alunos e apenas uma psicopedagoga, que fazia acompanhamento psicopedagógico semanal. O atendimento se circunscrevia a 30 minutos semanais. A psicopedagoga da escola trabalhava três dias na semana e tinha que dividir a carga horária de trabalho entre atender as crianças e os seus responsáveis com atendimento individual. Não existia uma equipe especializada e nem professores com formação adequada para ampliar o conhecimento dos alunos e lidar com as questões de adequações de atividades conforme a necessidade de cada aluno com TEA.

O outro motivo que me levou ao tema da pesquisa foi a experiência vivida com o sobrinho do meu esposo. Ele também foi expulso da escola, mas o caso

dele teve um agravante, a família e nem a escola sabiam que ele tinha TEA. A família, após acompanhamento especializado, descobriu que ele tinha o transtorno do espectro autista. A situação na escola era complicada, pois a mesma não tinha uma equipe preparada para lidar com o TEA. Esta falta de preparo da escola resultou na expulsão da criança da escola.

Como se sabe, um dos direitos da criança com TEA é a matrícula na escola de ensino regular, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 12.764/12. Esta lei orienta que o gestor escolar ou autoridade competente, que recusar a matrícula de um aluno com transtorno do espectro autista ou com qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. Além disso, no contexto de inclusão de alunos com deficiência nas escolas se faz necessário o apoio da família. O processo de participação durante toda a trajetória é fundamental para o pleno desenvolvimento do aluno, assim, não basta apenas o trabalho da escola ou da família para a inclusão escolar.

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é um importante avanço na luta de inclusão na escola dessas pessoas. É necessário que seja respeitado os direitos das pessoas com TEA, por isso a escola e a família têm que trabalhar de mãos dadas para o desenvolvimento dos alunos.

Esses dois casos citados me fizeram pensar, como futura pedagoga, em como posso mudar esse cenário atual de inclusão nas escolas, como posso contribuir para o desenvolvimento dos alunos com TEA. Quais contribuições como pedagoga em formação posso oferecer? Qual é a percepção de mães a respeito da inclusão dos seus filhos com transtorno do espectro autista nas escolas de ensino regular?

Como futura pedagoga, tenho que assumir responsabilidades no processo de formação dos meus alunos, visando os processos pedagógicos. Além disso, tenho que ter conhecimento durante minha formação a respeito das diferentes compreensões do transtorno do espectro autista e dos aspectos importantes para educação escolar, pensando assim, na formação e na

aprendizagem das crianças com transtorno do espectro autista e nas diferentes abordagens para o trabalho em sala de aula.

Por fim, este estudo aborda a respeito da percepção de mães acerca da inclusão das crianças com transtorno do espectro autista nas escolas do ensino regular e, na visão delas, quais atividades, recursos e estratégias propiciam esta inclusão.

Nos próximos capítulos serão abordados temas, como por exemplo, as características presentes nas pessoas com o transtorno do espectro autista, leis que protegem e integram esses alunos na escola, o trabalho da escola na inclusão dos alunos, como deve ser realizado o trabalho de professores e família para o desempenho do aluno na escola e os resultados do questionário aplicado com mães com filhos com TEA.

2 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA COMUM

Neste capítulo será abordado a respeito das características presentes nas pessoas com o transtorno do espectro autista, que se apresentam na infância e se desenvolvem em cada indivíduo de forma diferente, além da legislação que abarca a inclusão da pessoa com o transtorno e o processo de inclusão escolar. Ademais, serão abordados aspectos relevantes acerca da participação e do apoio da família no processo de inclusão escolar.

2.1 Características do Transtorno do Espectro Autista

Atualmente, o transtorno do espectro autista vem ganhando grande visibilidade e espaço nas pesquisas a respeito do contexto escolar, desta forma, muitas são as áreas de estudos que vem aumentando acerca das investigações do conceito do TEA no ambiente educacional e familiar. Contudo, pouco ainda se conhece sobre a causa do TEA. E no cenário atual que estamos, é preciso conhecer e entender o que determina essa condição, sabendo que esse indivíduo será inserido na sociedade e precisará de assistências em várias áreas.

Historicamente, o conceito do transtorno do espectro autista passou por grandes progressos. Entre eles, a sua desmistificação, ligada a esquizofrenia e a apresentação do conceito como um espectro.

O transtorno do espectro autista pode ser identificado como a desordem do desenvolvimento neurológico, que pode ocorrer desde o nascimento do bebê ou que pode ser desenvolvido na infância (KANNER,1943).

A criança com transtorno do espectro autista apresenta dificuldades de interação e comunicação social, com todas as pessoas e inclusive com os próprios pais e também apresenta alguns padrões de comportamento restritos e repetitivos, como por exemplo, brincar sempre com mesmo brinquedo e seguir a mesma rotina monótona.

Segundo Gadia, Tuchman e Rotta (2004, p. 83):

Um fator muito importante é a habilidade cognitiva. As manifestações comportamentais que definem o autismo incluem déficits qualitativos na interação social e na comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e um repertório restrito de interesses e atividades.

O que se pode afirmar é que o transtorno afeta de forma diferente cada sujeito, por isso a dificuldade de se obter um diagnóstico preciso. As pessoas com TEA têm características diferentes umas das outras, umas tem o transtorno de forma mais grave e outras de forma sutil, o que dificulta assim, a descoberta do transtorno, por ter características diferentes em cada pessoa.

Como afirma Cunha (2017, p. 19):

O Transtorno do Espectro Autista manifesta-se nos primeiros anos de vida, proveniente de causas ainda desconhecidas, mas com grande contribuição de fatores genéticos. Trata-se de uma síndrome tão complexa que pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes.

E ainda, segundo Oliveira e Sertié (2017, p. 01), “Estima-se que o TEA afete 1% da população e seja quatro vezes mais prevalente entre homens do que entre mulheres[...]”. Ou seja, a grande predominância do transtorno é em pessoas do sexo masculino, entretanto, para a psiquiatria, o quadro é agravante quando ocorre em mulheres.

Embora alguns estudos associam a causa do transtorno a medicamentos e as infecções, muitos casos estão associados a fatores genéticos dos pais dessas crianças.

Conforme comenta Oliveira e Sertié (2017, p. 03), “O TEA é considerado uma doença geneticamente heterogênea e complexa, já que apresenta diferentes padrões de herança e variantes genéticas causais”.

Compreende-se que não tem como prever os fatores que causam o transtorno do espectro autista. Apesar de inúmeros estudos realizados na área com pais e crianças com TEA, ainda não se pode afirmar com autenticidade a causa do transtorno, apenas pode-se dizer que tanto está relacionado a fatores genéticos como a fatores ambientais e que se manifesta em diferentes graus.

Kanner foi um dos primeiros a estudar sobre o TEA e observou-o que estava diretamente ligado ao contato afetivo que as crianças tinham em relação as demais pessoas e aos próprios pais (BARBOSA, 2014). Logo, Kanner

percebeu que algumas crianças não desenvolviam esse lado afetivo nem mesmo com os pais, criando a incapacidade de se relacionarem e até de serem resistentes a mudanças.

A partir desse momento, foram ganhando forças os estudos na área do transtorno. Kanner abriu acesso para demais pesquisadores entenderem o TEA e começá-lo a classificar em graus. Vale ressaltar que antes o TEA era considerado um caso de esquizofrenia, além de entender que era assíduo em crianças desde o nascimento (BARBOSA, 2014).

As características das pessoas com TEA são de danos persistentes na sua comunicação e interação social, além que essas pessoas apresentam padrões repetitivos e restritos de comportamentos, atividades e interesses que por vezes limita e prejudica o seu desempenho diário.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998):

uma síndrome presente desde o nascimento ou que começa quase sempre durante os trinta primeiros meses. Caracterizando-se por respostas anormais a estímulos auditivos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa aparecer e, quando isto acontece, nota-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical, uma incapacidade na utilização social, tanto da linguagem verbal quanto corpórea.

As crianças podem ter diferentes níveis de comprometimento e de comportamentos, desenvolvendo assim problemas de comunicação, habilidades sociais, de brincar, de processamento visual e auditivo e aprendizagem mais lenta (RUTTER, 1978). É caracterizado por dois domínios centrais, que é a dificuldade no âmbito social como, por exemplo, na comunicação e o relacionamento social e na demonstração de padrões restritos e comportamentos repetitivos, sintomas presentes desde a infância.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) o autismo é um distúrbio do desenvolvimento neurológico, por ser uma síndrome pertencente aos Transtornos do Neurodesenvolvimento, estando presente desde a infância, afetando dois aspectos do indivíduo, agindo diretamente no social e comportamental (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 31).

Os sintomas começam a ser reconhecido no segundo ano de vida da criança, porém em alguns casos, até antes mesmo dos dois anos de vida, consegue-se observar alguns sintomas já presentes do transtorno (KANNER,1943). Em casos mais graves de atrasos de desenvolvimento, um dos primeiros sintomas notórios de transtorno do espectro autista é o atraso do desenvolvimento da linguagem associado também com a falta do interesse social e conforme o tempo passa, esses sintomas ficam cada vez mais evidentes no comportamento da criança, e começam a ser cada vez mais repetitivos (OMS, 1998).

No transtorno do espectro autista encontra-se três níveis, conforme explica no DSM-V. No nível 1, as pessoas apresentam dificuldades na comunicação social e nas interações, com isso demonstram problemas de organização e planejamento, que acabam se tornando uma espécie de obstáculos. No nível 2, as pessoas apresentam dificuldades na comunicação social, mesmo na presença de apoio, causando assim, grandes prejuízos sociais; elas não conseguem lidar com mudanças e os seus comportamentos repetitivos e restritos são notórios. No nível 3, as pessoas apresentam déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e também não verbal (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 52).

E ainda, de acordo com o DSM-V, as pessoas com transtorno do espectro autista, dependendo do grau e nível dos sintomas, conseguem viver de forma independente, porém se trata de um número pequeno de pessoas que tem essa capacidade de conseguir combinar interesse e habilidade.

Conforme o DSM-V:

Uma pequena proporção de indivíduos apresenta deterioração comportamental na adolescência, enquanto a maioria dos outros melhora. Apenas uma minoria de indivíduos com transtorno do espectro autista vive e trabalha de forma independente na fase adulta; aqueles que o fazem tendem a ter linguagem e capacidades intelectuais superiores, conseguindo encontrar um nicho que combine com seus interesses e habilidades especiais. Em geral, indivíduos com níveis de prejuízo menores podem ser mais capazes de funcionar com independência. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 100).

No entanto, mesmo estas pessoas mencionadas, com essas capacidades, podem precisar de ajuda, para não ocasionar outras dificuldades,

como a ansiedade e também, em alguns casos, a depressão (ULIAN; MAZO; DUENHAS, 2016).

Uma das maiores dificuldades em relação ao transtorno é o não acompanhamento na infância; muitos acabam se consultando apenas na fase adulta e esse diagnóstico, sem o acompanhamento, se torna mais difícil, pela necessidade de saber como foi o desenvolvimento desse adulto. Além disso, tem o fato que a maior parte do tratamento, muitas vezes, é custeado pela família. O que muitos não sabem é que determinados estados e municípios têm centros de apoio para o acompanhamento necessário. No entanto, nem sempre conseguem atender a demanda existente. De acordo com o Ministério da Saúde:

O cuidado à pessoa com TEA exige da família extensos e permanentes períodos de dedicação, provocando, em muitos casos, a diminuição das atividades de trabalho, lazer e até de negligência aos cuidados à saúde dos membros da família. Isto significa que estamos diante da necessidade de ofertar, também aos pais e cuidadores, espaços de escuta e acolhimento, de orientação e até de cuidados terapêuticos específicos. (BRASIL, 2014, p. 67).

No processo de desenvolvimento é importante a avaliação biopsicossocial das pessoas com TEA, que é realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, que leva em consideração os impedimentos na função do corpo do paciente, fatores pessoais, socioambientais e psicológicos, a limitação que o paciente tem nas atividades e a sua restrição na participação. Essa avaliação permite que seja realizado um diagnóstico mais preciso da pessoa com TEA.

Algumas dificuldades de diagnóstico precoce é a falta de conhecimento dos familiares e quanto mais cedo se inicia as intervenções, as dificuldades das crianças com transtorno do espectro autista são minimizadas e as crianças conseguem se desenvolver por estarem sendo estimuladas em idade adequada (CAMPOS, 2019).

2.2 Legislações acerca da Inclusão Escolar

Em meados de 1986, surge a expressão Atendimento Educacional Especializado, trazendo a ideia que a Educação Especial era parte integrante da educação, ou seja, seria como uma complementação e assim poderia proporcionar o desenvolvimento pleno do aluno e não apenas assumir o papel

de assistência. No entanto, na prática, apenas nos anos 2000 essa ideia foi efetivada. (CARVALHO, 2013).

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, no art. 3º, inciso IV, que é necessário “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Com base na Constituição Federal de 1988, considerou-se que os alunos com deficiência deveriam ter os mesmos direitos garantidos dos alunos sem deficiência e assim, surgiu a necessidade de incluí-los em escolas comuns, porém, na época, eles foram mantidos em classes especiais ou escolas especiais.

As instituições especializadas, naquele tempo, desenvolviam o papel de segregação, desenvolvendo um regime residencial, afastando assim os alunos da família e da comunidade. Isso porque, historicamente, a sociedade possuía a visão que a escolarização era privilégio. Somente a partir do processo de democratização da educação que se teve a visão do que é inclusão e exclusão, porém mesmo assim, continuava-se excluindo os grupos que eram considerados fora dos padrões estabelecidos (MENDES, 2006).

Os procedimentos pedagógicos aplicados e desenvolvidos para os alunos que estavam fora do padrão eram de normalização, ou seja, tinha o objetivo de normalizar a vida das pessoas com deficiência. Assim, entendia que os alunos com deficiência precisavam se adequar à escola e não a escola se adequar ao aluno (MENDES, 2006).

A educação brasileira, por muito tempo, foi baseada no autoritarismo e na centralização, por isso ocorreram grandes lutas para que houvesse a universalização do acesso ao ensino e com isso reafirmar a educação como direito de todos. Conforme estabelecido na Constituição Federal, no art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Em 1994, entre os dias 7 e 14 de junho, foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, tratando de assuntos como políticas, práticas e princípios na área de inclusão de crianças, jovens e adultos em escolas regulares - tema central debatido na conferência, na cidade espanhola de Salamanca. Com isso, surge a Declaração de Salamanca abordando a educação para todos e os direitos humanos (UNESCO, 1994).

No entanto, apenas no dia 27 de dezembro de 2012, como consequências das lutas das famílias buscando o direito dos seus filhos com TEA, surgiu a Lei Berenice Piana, que apresenta um avanço na legislação. Devido ao grande crescimento de movimentos sociais, as famílias começaram a ter voz na luta pelos direitos dos seus filhos com transtorno do espectro autista.

Com a Lei nº 12.764/2012, obteve-se avanços aos direitos das pessoas com TEA e com a aplicabilidade da lei, as pessoas com TEA podem superar algumas barreiras que impedem sua participação e autonomia social, determinando assim, como direito a um diagnóstico precoce, assistência ao tratamento, além de terapias e educação. A Lei Berenice Piana determina também que as pessoas com o transtorno do espectro autista são consideradas pessoa com deficiência, tendo assim todos seus direitos legais (BRASIL, 2012).

A luta pela educação inclusiva é um movimento social que defende o direito dos alunos de estarem juntos e participarem de forma ativa do processo sem que haja algum ato de discriminação. Porém, para que ocorra a inclusão se faz necessário o reconhecimento das dificuldades enfrentadas, para que sejam confrontados e superados os hábitos discriminatórios, buscando possibilidades de superação. Com isso, a educação inclusiva tem um papel central nos debates que ocorrem acerca da educação especial, sendo repensadas assim, as práticas culturais e estruturais nas escolas.

Conforme previsto, o art. 2 traz as seguintes diretrizes:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
- II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; (...). (BRASIL, 2012).

As diretrizes garantem que as pessoas com o transtorno do espectro autista tenham atendimentos multiprofissionais e que os pacientes tenham direito ao laudo, visando um diagnóstico precoce para que venha ser trabalhado de forma eficiente as características necessárias e para promover a inclusão na comunidade.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o direito à educação em todos os níveis de ensino deve ser garantido, como dispõe o art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

E será dever do estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar que essa educação seja aplicada sem nenhuma discriminação ou qualquer tipo de negligência (BRASIL, 2015).

O poder público ficará incumbido de prever recursos para manutenção dos alunos com deficiência, minimizando assim suas dificuldades e adequando as necessidades educacionais dos seus alunos, conforme previsto no art. 28 em seus incisos:

[...] V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar; [...]. (BRASIL, 2015).

Além disso, a lei estabelece que se deve averiguar se está sendo ofertado a educação de maneira adequada para o desenvolvimento das crianças com deficiência, acompanhando e prevendo iniciativas que promova essa inclusão de forma apropriada. (BRASIL, 2015).

Segundo o art. 28, da mesma lei, as escolas particulares deverão também cumprir os incisos acima citados sem nenhuma cobrança adicional na mensalidade. As escolas deverão prover recursos, formação de professores para o atendimento educacional especializado, tradutores, intérpretes, guias e profissionais de apoio, para assim adequar a escola a necessidade do seu aluno com deficiência.

2.3 Processos de Inclusão Escolar

Conforme Kanner, as características presentes nas crianças com TEA tende a facilitar o isolamento social do convívio com os demais, devido à grande dificuldade que elas possuem nas áreas de desenvolvimento, comportamental, social e de comunicação. Então, quando as crianças com TEA são incluídas nas escolas, torna-se uma experiência enriquecedora para fase de desenvolvimento destas, permitindo que vivam o processo de interação.

Desde 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, as pessoas vem lutando para que o público-alvo, que são as pessoas com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento, incluindo as pessoas com transtorno do espectro autista e com altas habilidade/superdotação, sejam incluídas na rede regular de ensino, além de terem acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno do aluno para não prejudicar suas atividades pedagógicas do ensino regular. (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresentado pelo Ministério da Educação, traz a necessidade de mudanças na educação dos estudantes apoiados pela educação especial, baseado na realidade social. Assim, a política foi elaborada por meio de visitas técnicas, estudos documentais, levantamento de dados, além de contar com a

participação das pessoas público-alvo da educação especial, familiares dessas pessoas, os educadores e pesquisadores da área.

Lopes (2008) comentou que a inclusão das pessoas com TEA traz cada vez mais a necessidade de implantação de leis que asseguram a inclusão, provocando transformações importantes na sociedade. A partir do momento que o professor do ensino regular note que o seu aluno tem características específicas de TEA, o professor deverá junto com a equipe pedagógica chamar os pais e aconselhar os mesmos a procurar especialistas para um acompanhamento do desenvolvimento da criança.

Ainda conforme Lopes (2008, p. 126), “A inclusão pode ser entendida, como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar”. A inclusão não ocorre apenas no ambiente educacional, ela acontece em todas as áreas, por isso que o processo não deve privilegiar apenas a participação dos indivíduos em salas de aulas.

Hattge e Klaus (2014, p. 330) comenta que:

A escola tem um compromisso com o desenvolvimento dos sujeitos. Nos processos inclusivos vinculados a esses princípios, reside uma grande preocupação com a construção de materiais e a implementação de metodologias de ensino que venham a produzir uma aprendizagem individualizada, levando em consideração as necessidades específicas dos sujeitos, suas potencialidades e desafios.

É preciso pensar, criar e organizar estratégias visando a individualidade de cada aluno, para que seja realizado atividades pedagógicas que fortaleçam as potencialidades que aqueles indivíduos têm. E a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva aborda princípios da educação inclusiva, fortalecendo o direito à aprendizagem, garantindo uma aprendizagem com qualidade. Traz assim, medidas que provocam a melhoria na educação inclusiva e na sua qualidade, provendo recursos e estruturas necessárias para a qualidade dessa aprendizagem.

As salas de aula com crianças com TEA e os ambientes escolares devem possuir condições favoráveis para o desenvolvimento pedagógico, por meio de atividades lúdicas e o contato com todos da turma, proporcionando assim, experiências positivas por meio das interações sociais. Com isso, as escolas se

tornam instituições que atuam de forma relevante, criando condições e atividades que envolvam o aluno com TEA e assim, possa auxiliar no desenvolvimento da sua aprendizagem. (ULIAN; MAZO; DUENHAS, 2016).

Como se sabe, a eficácia da aprendizagem das crianças com TEA depende de todos os envolvidos no processo. Logo, deve-se favorecer os espaços de apoio e as possibilidades, por meio de planejamentos lúdicos, além de um trabalho conjunto entre escola, família e demais profissionais que ajudam no acompanhamento destas crianças. O trabalho pedagógico precisa de apoio para uma melhor qualidade, porque é preciso trabalhar as necessidades dos estudantes, por meios de recursos e estratégias adequadas. (ULIAN; MAZO; DUENHAS, 2016).

As propostas pedagógicas da Educação Infantil, por exemplo, devem buscar em seus objetivos, promover a interação, brincadeira, convivência com outras crianças, fazendo com que a criança seja um sujeito histórico e com direitos. De acordo com Bosa (2006, p. 21-39, apud SILVA, 2019, p. 15):

Os alunos com TEA necessitam de um maior planejamento nas práticas pedagógicas para um melhor desenvolvimento. A educação especial surge como a mediadora entre a escola e as diferenças, e o aluno precisará de acompanhamento pedagógico para que a inclusão ocorra.

Para isso, é necessário que a escola busque uma formação adequada para os profissionais, para o desenvolvimento do seu trabalho, buscando ver a especificidades de cada criança e assim promovendo a garantia de igualdade e oportunidades de condições, respeitando a singularidades de todas as crianças e desenvolvendo suas potencialidades. Assim, como afirmaram Siqueira e Toledo (2020, p. 53):

Deve-se levar em conta as diversidades de cada aluno, é preciso criar diferentes formas de mecanismos, que facilitem a interação social, educacional e emocional com seus colegas e professores. A inclusão escolar vai muito além dos espaços físicos da escola e deve valorizar as diversas culturas encontradas em cada aluno. A escola deve se responsabilizar em criar um espaço para a efetiva inclusão.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) indicou metas para a oferta do atendimento

educacional especializado, além também de estimular a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão, visando a garantia da participação da família e da comunidade.

A educação infantil é a porta de entrada para inicialização das crianças na educação, conforme a Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013, que no art. 29 dispõe que é a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. É nessa primeira etapa que será trabalhado de forma integral o desenvolvimento das crianças, por isso se faz estritamente necessário a matrícula das crianças já na primeira fase.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013, no art. 4º, a educação básica deverá oferecer:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino [...]. (BRASIL, 2013).

O art. 4º reforça, ainda mais, o papel das escolas na garantia do direito à educação, igualdade e do atendimento e o dever das famílias de matricularem seus filhos que já estão na faixa etária escolar. As crianças matriculadas experimentam momentos de interação e com isso usufruem de boas consequências que irá favorecer as trocas de ideias com crianças da mesma faixa etária; essas trocas possibilitará o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo seu isolamento.

Segundo Silva (2019, p.114) “O professor de educação infantil, enquanto promotor e mediador da aprendizagem, possui o papel de ensinar utilizando

práticas que transformem a sala de aula em um ambiente de construção de saberes e experiências para um melhor desenvolvimento”.

O professor é responsável por promover a interação de todos os alunos, além de planejar atividades que permitem a inclusão e o desenvolvimento das crianças. Como afirmaram Siqueira e Toledo: “É importante que os profissionais da educação estejam preparados para receber a diversidade de alunos, acolhendo as necessidades educativas de cada um, para que o processo escolar não seja uma dificuldade. ” (2020, p. 54). Além disso, os profissionais da educação devem informar às famílias como está avançando o desenvolvimento da criança, principalmente das crianças com TEA, para que os pais compartilhem dessas informações com os outros profissionais que acompanham seu filho.

A escola não deverá inserir a criança e sim promover a inclusão da criança; e essa inclusão não se mantém restrita ao aluno estar apenas matriculado na escola, mas que esse ambiente escolar se adeque ao aluno, não apenas as suas necessidades físicas, mas que promova a esse aluno a aprendizagem integral e para isso as escolas precisam estar preparadas para receber e ensinar os alunos, não apenas os professores e sim todos aqueles que compõe a escola.

Conforme a Declaração de Salamanca:

[...] As escolas, portanto, terão de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças com necessidades especiais devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular e não um currículo diferente. O princípio orientador será o de fornecer toda a mesma educação, proporcionando assistência e os apoios suplementares aos que deles necessitem. (UNESCO, 1994, p. 22).

É preciso que todo o corpo escolar que compõe a escola, junto com o apoio das famílias estejam engajados nessa luta de inclusão da criança no ambiente escolar. Os professores em conjunto com todo o corpo escolar precisam estar atentos às necessidades desses alunos, procurando sempre a melhor maneira de oferecer suporte para que eles se sintam seguros e capazes de desenvolver suas potencialidades, desenvolvendo assim a autonomia dessas crianças, por isso da necessidade do trabalho em conjunto de escola e família pensando unicamente no desenvolvimento da criança e a garantia dos seus direitos.

2.4 A participação da família no processo de educação escolar

A cada ano estamos percebendo que a rotina e a sociedade estão afastando a nossa convivência social. As mães que antes tinham papel de cuidar do lar e dos filhos, nos tempos atuais tem que trabalhar e isso acaba diminuindo o contato das mães com os filhos. E com essa realidade que se enfrenta, a escola passa a ser o primeiro lugar de experiências sociais, logo aprende-se na escola a conviver com diferentes pessoas, a criar vínculos, a seguir regras e lidar com a diferenças.

A entrada de uma criança sem nenhuma deficiência na escola tem seus desafios, como por exemplo, a quebra do laço integral de mãe e filho que era o único contato que criança tinha de forma integral ao longo do dia. No entanto quando se trata de crianças com TEA os desafios são maiores.

O desenvolvimento da criança com TEA é influenciado pelas relações com seus familiares, pela maneira de como eles lidam com o transtorno e pelo suporte que eles oferecem à criança. As crianças com TEA devem se sentir mais seguras com seus membros familiares. De acordo com Ulian, Mazo e Duenhas (2016, p. 27):

A família é um fator essencial no processo educacional dos filhos. Os pais são os que têm uma convivência mais próxima com a criança passando a conhecê-la melhor por acompanhá-la desde o seu nascimento, e igualmente a criança sente-se mais segura estando próxima de sua família.

Quando se trata acerca do contexto escolar, se faz necessário ainda mais o apoio dos familiares. O envolvimento dos pais na aprendizagem dos filhos pode melhorar de forma significativa o desempenho do aluno com TEA.

Como afirmou Fonsêca e colaboradores:

A família é o contexto relacional e afetivo que permite à criança desenvolver-se e construir a sua identidade. Para que este processo decorra de forma harmoniosa é necessário que a família se constitua como um contexto estruturante e organizador [...]. (FONSÊCA et al., 2014, p. 38).

A família tem uma importância principal na infância da criança, pois é nos laços familiares que a criança terá os primeiros contatos de interação. Como

comentou Maturana e Cia: “A família constitui o primeiro grupo social do qual o indivíduo faz parte, tendo normas, regras, crenças, valores, papéis próprios e previamente definidos, caracterizando-se como a primeira mediadora, por excelência, entre indivíduo e sociedade”. (2015, p. 350).

Ainda segundo Maturana e Cia (2015, p. 350), “A relação família-escola é apontada como um importante fator de influência no processo de inclusão, uma vez que traz implicações para o desenvolvimento social e cognitivo do aluno e está diretamente relacionada ao sucesso escolar”. A partir desse contato é que a criança será estimulada no seu desenvolvimento inicial. Como Oliveira afirmou “Assim, é considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança”. (2015, p. 22).

Os pais precisam trabalhar com os professores de forma cooperativa, para isso, a família precisa ser mediadora e junto com a escola desempenhar um papel principal para inserção da criança no processo pedagógico e para que esse processo seja desempenhado com sucesso. Segundo Ulian, Mazo e Duenhas (2016, p. 28):

Para uma família com criança com autismo não é diferente, pois os pais têm a consciência das dificuldades e os problemas que têm que enfrentar. O papel deles é fundamental no auxílio à criança, por isso é essencial que percebam desde cedo qual seu papel no processo educacional, social e cultural da criança.

Oliveira afirmou que “no tocante à relação entre família e escola, é preciso que ambas assumam um compromisso de reciprocidade, onde as responsabilidades sejam divididas igualmente”. (2015, p. 23).

Essa participação, ao contrário do que muitos pensam, não se trata apenas de comparecer às reuniões e fazer o acompanhamento dos deveres de casa; os pais precisam acompanhar o desempenho do aluno, informar sobre o desempenho dele em casa, sobre seus acompanhamentos e observar como está sendo desenvolvido o trabalho na sala de recursos multifuncionais.

Assim como comentou Maturana e Cia (2015, p. 351):

[...] o envolvimento da família no processo de inclusão escolar fica sujeito a diversos fatores, como: percepções dos pais sobre o papel da escola no desenvolvimento da criança, tipo de apoio e suporte

ofertados pela escola, concepções da escola sobre a criança com deficiência, políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais, entre outros, variando significativamente em relação à idade e etapa educacional da criança.

Evidencia-se que, caso não seja trabalhada essa parceria, o desempenho do aluno acaba sendo dificultado. Segundo Oliveira, “Sem o desenvolvimento dessa relação de “parceria” família/ professores e profissionais da escola, não serão alcançados os níveis e a qualidade de envolvimento necessário para assegurar ganhos educacionais possíveis para “todos” os alunos”. (2015, p. 23).

É por meio da família que começa a luta pelo direito da inclusão das crianças com TEA, e conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 5º, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, deixando claro assim, que todos e sem nenhum tipo distinção seja ela de cor, etnia, religião e características pessoais deve ser excluída de quaisquer um dos seus direitos perante lei.

Por isso, deve ser um compromisso da sociedade lutar pelos direitos sociais e morais da criança. As famílias, por vezes, buscam pelo diagnóstico tardiamente e isso faz com que atrapalhe, por vezes, o acompanhamento precoce da criança, já que o tratamento quanto mais cedo iniciado estimulará mais adequadamente o desenvolvimento da criança. As famílias, por falta de conhecimento e até de aceitação, prologam a busca de tratamento específico para as crianças com TEA.

Teixeira (2017, p. 20) discutiu que “o diagnóstico precoce é fundamental no processo de tratamento”. Por meio de diagnósticos precoces as crianças terão maior facilidade no desenvolvimento. No entanto, algumas famílias, por não observarem o comportamento provenientes do TEA nos seus filhos, acabam demorando a procura de intervenção e com isso muitos acabam chegando no ambiente escolar tardiamente, com a demora do diagnóstico.

Outro fator que favorece a busca tardiamente do diagnóstico é o da negação da família, eles reconhecem alguns comportamentos diferentes dos seus filhos e chegam a considerar como comportamento de criança mimada e julgam como comportamentos inadequados, negando assim que aquela criança tenha algum transtorno, até mesmo a própria sociedade que observar chegam a

ter o mesmo pensamento que os pais, alguns até evidenciam esse pensamento por falta de informação (TEIXEIRA, 2017). No entanto todo esse processo de negação prejudica na busca por acompanhamento da criança.

Esse sentimento de negação também se dá pelo fato dessa gestação não ter correspondido as expectativas daquela família na espera de um filho que idealizam como “saudável”, ou seja, sem nenhuma limitação ou transtorno e com isso acabam tendo uma mistura de sentimentos como, por exemplo, medo, raiva, culpa entre outros tipos de sentimentos. (SIQUEIRA; TOLEDO, 2020).

De acordo com Mello (2007, p. 104), “Receber o diagnóstico de autismo é sempre impactante para os pais. A partir desse momento, brota um turbilhão de situações e emoções inesperadas no seio família: angustias, conflitos, frustrações, medos, inseguranças”. As famílias por vezes não sabendo como agir com as próprias emoções ao receberem o diagnóstico, negam a realidade que terão que vivenciar e isso acabam por vezes prejudicando as crianças.

No entanto, alguns pais têm essas atitudes de negação, pensando ser a melhor saída para resolução dos conflitos internos e externos que estão vivendo. Poucos são aqueles que aceitam o laudo assim que recebem e já procuram os acompanhamentos necessários e até mesmo ajuda de famílias que já vivenciam essa realidade de ter um filho com o transtorno do espectro autista. E esse processo de aceitação quando demora prejudica ainda mais o desenvolvimento dessa criança no contexto social a qual será inserida.

Após todo processo de aceitação da família começa então a procura por escolas que tenham profissionais capacitados para acolher e trabalhar com crianças com o transtorno do espectro autista, já que crianças com TEA necessita todo um acompanhamento de profissionais habilitados para trabalharem com o desenvolvimento dessa criança.

Essas crianças na escola precisam de acompanhamento com uma psicopedagoga e de uma rotina adaptada de acordo com a necessidade dela para que essa criança sinta vontade de comparecer a essa escola e se sinta segura no ambiente escolar que está inserido. (OLIVEIRA, 2015).

3 MATERIAL E MÉTODO

Neste capítulo será abordado de forma detalhada como foi desenvolvida a pesquisa, serão apresentados o material e o método utilizados para a realização desta, como também o perfil dos participantes que responderam ao questionário.

3.1 Tipo de Pesquisa

Levando em consideração que a natureza do objeto estudado é a percepção de mães a respeito da inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista na escola de ensino regular, esta pesquisa trata-se do tipo exploratória. As pesquisas exploratórias se constituem muitas vezes de uma investigação mais ampla do tema para propiciar mais familiaridade com o problema.

Conforme Freitas e Prodanov (2013, p. 52):

A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral, envolve: - levantamento bibliográfico; - entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; - análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Considerando que a pesquisa exploratória é útil para o tema escolhido, será buscado então informações detalhadas para exploração do assunto, compreendendo a percepção de mães a respeito da inclusão dos seus filhos com transtorno do espectro autista nas escolas de ensino regular.

Visando possibilidades de descobertas de ideias e dados que promovam maior compreensão do tema, a pesquisa exploratória, segundo Brennand e Medeiros (2012, p. 357):

[...] não consiste em resolver um problema, mas caracterizá-lo em suas diversas nuances. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Via de regra, constitui o estágio inicial de toda pesquisa científica. Este tipo de pesquisa visa buscar informações detalhadas sobre determinado assunto investigado, com o intuito de familiarizar-se como fenômeno ou obter nova percepção sobre ele. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

A pesquisa contou com questionários com questões abertas, objetivando mostrar como as mães compreendem e observam a inclusão escolar dos seus filhos com transtorno do espectro autista, como segue mais abaixo, a descrição do questionário.

3.2 Aspectos Éticos em Pesquisa e Participantes

Essa pesquisa, por ser realizada com seres humanos, ou seja, com a aplicação de questionário às pessoas, foi pautada com base nos aspectos éticos, a partir da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional da Saúde. O critério para seleção dos participantes eram mães com filhos com transtorno do espectro autista da Educação Infantil matriculados regularmente.

Participaram da pesquisa seis mães. Apesar de não haver a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes, devido ao contexto que estamos vivenciando de pandemia do Covid-19¹ e a dificuldade de impressão e devolução do termo, houve o envio do termo às mães e a solicitação para participarem da pesquisa e para a autorização da divulgação dos dados. Além disso, foi combinado o dia e horário para a iniciação da pesquisa. Com isso, após apresentação de todas as informações, foi possível conseguir o consentimento das participantes, que aceitaram voluntariamente ser pesquisadas, respeitando assim, todos os seus direitos humanos, integridade e bem-estar.

As mães, antes de participarem, estavam cientes dos seus direitos e da ética na qual a pesquisa está pautada e os dados só foram coletados mediante passada todas as informações e esclarecido a forma que seria aplicado o questionário e analisada a pesquisa. Ademais, todas as participantes ficaram cientes a respeito do direito ao anonimato.

¹ É uma doença infecciosa causada por um coronavírus recém-descoberto, no início do ano de 2020, em que a maioria das pessoas que adoece apresenta sintomas leves a moderados e se recupera sem tratamento especial, mas tem pessoas que tem sintomas mais graves, e que em decorrência de complicações chegam à morte.

3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

Inicialmente, a pesquisa iria ser realizada em formato de entrevista com roteiro pré-determinado com as mães, enquanto aguardavam o acompanhamento dos filhos em terapias, buscando compreender, a partir das vozes delas como está acontecendo a inclusão dos filhos na escola. No entanto, no cenário atual que enfrentamos da pandemia do Covid-19 e devido ao isolamento social necessário, houve a necessidade de adaptações na forma da coleta de dados.

Os participantes das pesquisas foram seis mães com filhos com transtorno do espectro autista, de escolas públicas da cidade de João Pessoa. Dessas seis mães, três deixaram seus trabalhos para se dedicarem integralmente ao desenvolvimento e necessidades de seus filhos. Das mães que ainda trabalhavam, uma é enfermeira e outras duas mães são trabalhadoras autônoma.

A coleta de dados deu-se por meio de um questionário (APÊNDICE) individual e virtual, enviado para grupos de *WhatsApp* de mães com filhos com transtorno do espectro autista e também para o *WhatsApp* individual de algumas mães. A mensagem se iniciava com a solicitação de preenchimento da ficha de caracterização/identificação dos seus filhos(as) com TEA. Após preenchimento da ficha, cada mãe respondeu o questionário, que tinham perguntas já pré-determinadas em um roteiro norteador apresentado.

As primeiras perguntas foram bem objetivas para entender o perfil da criança e sua trajetória escolar e participaram do questionário seis mães com filhos regularmente matriculados na educação infantil, na faixa etária de 3 a 6 anos. Não houve nenhum critério de escolha do perfil das crianças, apenas a necessidade de ser crianças dos anos escolares infantis até o fundamental I, para verificar como está sendo o processo de inclusão dessas crianças nos anos iniciais da escola, por considerar que este seja o período mais importante e norteador para a inclusão desses alunos.

Após a coleta de dados realizada por meio do questionário, foram analisadas as respostas das mães dos alunos com TEA a partir das perguntas do próprio questionário, verificando, dessa maneira, a visão e a realidade apresentada na percepção de cada mãe que se dispôs a responder a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a pesquisa realizada e com base nos dados coletados para estudo que foi composto por 19 questões, foi feito um recorte e colocado as questões mais importantes da pesquisa, buscando assim, analisar como ocorre o processo de inclusão do ponto de vista das mães com filhos(as) com o transtorno do espectro autista, nas escolas de educação infantil, que é o ponto de entrada das crianças no processo de aprendizagem e o local onde ocorre os primeiros contatos das crianças com a socialização e a construção da formação da personalidade, com isso formando na criança características de um ser autônomo.

Como afirmou a LDB em seu art. 29º:

A educação infantil é parte integrante do sistema educacional brasileiro, constituindo-se a primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

As primeiras perguntas feitas no questionário para as mães foram para conhecer seus filhos(as) e assim, compreender o perfil de cada aluno. Logo, a primeira pergunta norteadora feita, foi a respeito da idade que o(a) filho(a) recebeu o diagnóstico de TEA.

As mães que responderam ao questionário deram as seguintes respostas:

Mãe 1: Meu filho recebeu o diagnóstico com 4 anos, demorei um pouco para notar o comportamento diferente dele, de ausência de contatos comigo e com os outros membros da nossa família.

Mãe 2: Com 3 anos recebemos o diagnóstico, não esperava, achei que era um comportamento normal, meu primeiro filho, mãe de primeira viagem, até que as pessoas começaram a falar do comportamento dele, mais recluso.

Mãe 3: O diagnóstico foi com 2 anos, depois de alguns comportamentos que notei que eram diferentes.

Mãe 4: Com 2 anos recebemos o diagnóstico dela.

Mãe 5: Aos 2 anos recebemos o diagnóstico.

Mãe 6: Quando ele tinha dois anos recebemos o diagnóstico, após o acompanhamento com o neuro.

É possível observar que todas as mães informaram que o diagnóstico aconteceu no início da infância, que é quando a criança está desenvolvendo. Este resultado é relevante, pois com um diagnóstico precoce é possível conseguir melhores resultados de desenvolvimento da criança, ao ser acompanhada no início da infância. Como comentou Bosa (2006, p. 5) “O diagnóstico durante os anos pré-escolares é ainda muito raro, apesar das afirmações de que a intervenção precoce é o melhor procedimento para o desenvolvimento da criança”.

A pergunta seguinte foi referente a idade atual da criança, de acordo com o ano que foi aplicado o questionário. As mães responderam:

Mãe 1: 6 anos.

Mãe 2: Ele está com 6 anos hoje.

Mãe 3: Ainda vai fazer 3 anos.

Mãe 4: Está com 3 anos.

Mãe 5: 3 anos, vai fazer 4.

Mãe 6: Hoje ele está com 6 anos.

A partir dos dados, evidencia-se que as crianças estão na faixa etária da fase da educação infantil, inseridas regulamente em escolas, beneficiando assim, o desenvolvimento dessas e ampliando suas capacidades. Segundo Alencar; Ramos e Oliveira (2020, p. 4321):

Nesse contexto, a inserção da criança com TEA no âmbito escolar vem sendo relatada como um tipo de competência que amplia as suas capacidades interativas e promove, sobretudo, condições para a expressão de suas potencialidades. Objetiva-se, assim, compreender as implicações e potencialidades oferecidas pela escola na construção do contexto social da criança com TEA, bem como os atores essenciais para que esse processo seja favorável ao seu desenvolvimento.

As mães também foram questionadas se observam alguma habilidade em seus filhos(as), ou algo que ele tinha dificuldade e está conseguindo superar. Essa pergunta foi feita baseando-se na ideia que Souza afirmou de que, a partir do momento que se nota alguma habilidade no indivíduo com TEA, deve-se incentivá-lo a explorar essa habilidade e com isso despertar sua autonomia.

[...] para o aluno com autismo, o que mais importa é a aquisição de habilidades sociais e a autonomia. Para que a criança não se torne um adulto incapaz de realizar tarefas simples do dia a dia, ela precisa aprender atividades que a tornará mais independente durante seu crescimento. (2018, p. 31).

Sabe-se que pessoas com TEA acabam desenvolvendo algumas habilidades específicas e com isso a pergunta foi feita para perceber se as mães conseguiram notar alguma habilidade em seus filhos.

Mãe 1: O que noto no meu filho é na questão da oralidade, ele consegue oralizar com outras pessoas.

Mãe 2: Ele gosta muito de jogos, ele consegue um bom desempenho até na fala, quando ele joga ele interage com as pessoas.

Mãe 3: Coordenação motora fina (segurar o lápis e desenhar). Ritmo (balbucia no ritmo da música).

Mãe 4: Ana é muito esperta, percebe as coisas sem você falar nada.

Mãe 5: Musicalidade, ele consegue interagir e cantar ao som da música, ele também tem um bom desempenho na coordenação motora e inteligência de memória.

Mãe 6: Ele faz acompanhamento a quase 2 anos, noto que ele é participativo, ele faz aula de natação e noto também que as aulas de natação, faz com que ele interagir mais com as pessoas.

Com os resultados dessa pergunta foi possível identificar que as mães percebem algumas habilidades em seus filhos(as), como por exemplo, coordenação motora e a musicalidade. As mães perceberam que seus filhos, mesmo sem o processo ativo da comunicação com as demais pessoas, algo que é característico da criança com TEA, balbuciam com as músicas que ouvem e com isso desenvolve seu processo de comunicação.

Uma habilidade que é característica em determinadas crianças com transtorno do espectro autista é a sensibilidade auditiva, como comentou Moura (2015, p.10):

Os autistas são pessoas com habilidades auditivas e manuais magníficas e superiores às de uma pessoa normal, a saber: tocar, cantar, pintar, etc., tanto que reconhecemos o quarto de crianças com autismo pelos aspectos não-verbais expostos.

Por meio da musicalidade, muitos estudos estão sendo realizados visando o benefício que a música traz para as crianças com TEA no desenvolvimento da

comunicação, coordenação e também do controle das suas emoções, que é uma das maiores dificuldades encontradas nas pessoas com o transtorno do espectro autista, conforme Moura (2015, p. 22):

Dentre muitos métodos de tratamentos para autistas está a musicoterapia, que combina técnicas de desenvolvimento e a música que possuem o papel de desenvolver habilidades necessárias para a vida dessas pessoas. Este método utiliza 100% da música no tratamento destes indivíduos com participação ativa ou passiva destas crianças obtendo eficácia em seus resultados.

Outra pergunta pertinente trazida para pesquisa, foi se as mães notaram ou por algum acaso tiveram dificuldade em procurar a escola para solicitar auxílio para o desenvolvimento do seu filho. As respostas das mães foram as seguintes:

Mãe 1: Na escola atual não tenho problema, tive mais enquanto procurava escola, é que quando eu chegava com o diagnóstico me informavam que não haviam profissionais preparados para receber meu filho, me aconselhavam logo a procurar outra escola, nessa que ele está não tem todos profissionais, porém sempre que preciso a professora ajuda.

Mãe 2: Tive problema de início várias e várias reclamações sobre o comportamento dele, mesmo com o laudo foi difícil conseguir um acompanhante, ele possui dificuldade em querer fazer as tarefas, acaba que ele só faz quando alguém está do lado e a escola demorou até entender a necessidade dele.

Mãe 3: Desde o início nunca tive problema em procurar a escola ou a professora, sempre tivemos todo apoio da equipe, quando procurei a escola foi por causa das indicações que recebi de outras mães.

Mãe 4: Na verdade assim que matriculei a escola informou que não existia uma psicopedagoga na escola e ninguém para acompanhá-la, porém eles sempre me deixavam ciente das limitações dela e do que eles poderiam fazer para ajudar, sempre que precisei eu fui atendida referente algumas necessidades dela.

Mãe 5: Eu não tenho o que falar, sempre que procurei a escola, para dizer alguma dificuldade que notei a escola, já estava vendo uma outra forma de trabalhar com ele.

Mãe 6: Tive dificuldade de conseguir as alterações das atividades dele e também de solicitar uma pessoa para dar assistência a ele, por que ele não era acostumado com a rotina e de início não queria fazer nada, não tinha de início nenhum tipo de apoio fornecido para as dificuldades que enfrentamos de início, hoje em dia lá tem uma psicopedagoga em que ele vai duas vezes na semana para realizar algumas atividades que ajuda nas dificuldades dele.

As dificuldades que as mães informaram que tiveram desrespeita as necessidades dos alunos, que de acordo com a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê as seguintes propostas:

[...] modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996).

Essas propostas devem ser oferecidas em todas as instituições de Educação Infantil garantindo assim o acesso e processo de aprendizagem das crianças, para que não haja nenhum tipo de exclusão ao ambiente escolar.

E a falta de alguns recursos e apoio necessários acabam dificultando a aprendizagem do aluno, pois como se sabe, a pessoa com TEA tem uma aprendizagem distinta das pessoas sem o transtorno, como comentou Leon e colaboradores:

Aprendizagem de pessoas com TEA apresenta uma estrutura mental diferente daqueles com desenvolvimento típico, o que quer dizer que a pessoas com autismo utiliza as conexões entre áreas do cérebro de maneira diferenciada: apresenta fragilidade nas habilidades cognitivas superiores que envolvem a abstração, mas, por outro lado é fortemente perceptiva visualmente e atenta ao detalhe. (LEON et al., 2017, p. 13).

Por isso, as pessoas com TEA podem necessitar de recursos, estratégias e serviços específicos, como por exemplo, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), o Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficit Relacionados com a Comunicação (TEACCH) e o Picture Exchange Communication System (PECS), que auxiliam no desenvolvimento dos alunos com TEA, já que contribuem com a estruturação visual da criança.

Quando as mães foram questionadas sobre a questão da inclusão de seus filhos, acerca das atitudes que elas conseguiram notar que facilita a inclusão e permanência do filho na escola, elas responderam:

Mãe 1: Na escola ele participa de todas as atividades que ele quer, é até possível ver a felicidade dele interagindo, nenhum momento eu o vejo excluído.

Mãe 2: Noto que algumas atividades as vezes não fazem questão de ele fazer, ele nega e não pedem novamente, já teve vez que eu cheguei cedo e ele estava no canto brincando e os outros fazendo as tarefinhas.

Mãe 3: Ele sempre é incluído nas atividades, nas festinhas da escola, na escola também tem uma sala de recurso, lá tem vários materiais adaptados e noto que quando ele participa dessas atividades ele tem um bom desenvolvimento.

Mãe 4: Apesar de não ter uma equipe para atender minha filha, percebo que ela não é excluída, na medida de possível ela participa de tudo que acontece na turma dela.

Mãe 5: As atitudes que vejo percebo que ele é bem acolhido pela escola.

Mãe 6: De início não gostei das atitudes da escola, as atividades dele não eram diferentes, ele não conseguia fazer e chorava para não fazer e quando eu falava com a professora ela não mudava, quando entrou a psicopedagoga foi que tudo mudou e vejo que está bem melhor, ele participa mais.

Evidencia-se pelas respostas das mães que a inclusão escolar dos seus filhos ainda é um dos fatos mais desafiadores encontrados, seja por falta de materiais adaptados, falta de auxílio ou de profissionais preparados para receber os alunos. Melo e Silva afirmaram que:

A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil é um processo que tem enfrentado inúmeros obstáculos, como a insuficiência de vagas, o preconceito e a falta de informação e formação dos profissionais, assim como de estrutura física e pedagógica das instituições de ensino. (2015, p. 13).

Compreende-se que a inclusão é extremamente essencial, conforme a Declaração de Salamanca:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (UNESCO, 1994, p. 61).

A inclusão não se limita apenas a manter o aluno matriculado na escola, mas sim em fornecer os meios possíveis para aprimorar o seu desenvolvimento pleno, em suas máximas potencialidades.

5 CONSIDERAÇÃO FINAIS

Por meio desta pesquisa e de acordo com os dados levantados e analisados, pode-se concluir que a inclusão das crianças com transtorno do espectro autista nas escolas é cheia de desafios a serem superados pelas mães que lutam, para terem a garantia do direito de seus filhos à educação. E esse processo de inclusão possui grandes falhas.

Para que esse processo de inclusão e até mesmo permanência da criança na escola aconteça, é necessário a ajuda da equipe escolar em buscas de métodos, formação e interesse na permanência e desenvolvimento da criança com TEA. A escola precisa garantir uma equipe preparada, uma estrutura adaptada e materiais necessários que promovam a aprendizagem.

Dessa forma, se faz necessário desenvolver um currículo dinâmico e flexível que assegure com êxito a inclusão do aluno com TEA. É um processo de luta pela educação de qualidade para o aluno com TEA, uma luta que acontece há muito tempo. Ressalta-se que a LDB, a Declaração de Salamanca, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, dentre outras legislações e documentos foram determinantes para o fortalecimento da garantia dos direitos das pessoas com TEA e com isso, promoveram-se grandes avanços no âmbito legal e educacional para inclusão.

Apesar dos inúmeros desafios encontrados no ambiente escolar, a caminhos que assegurem a inclusão e acessibilidade destes estudantes, que mesmo assegurados na legislação brasileira, por vezes não tem seus direitos garantidos, as mães consideraram que as escolas se adequam, da maneira que podem, para conseguir incluir os alunos nas escolas. No entanto, é importante ressaltar que a inclusão escolar só ocorrerá se houver um esforço conjunto entre professores, gestores e a família, a fim de construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J; RAMOS, J; OLIVEIRA, C. A importância da escola no âmbito social da criança com transtorno do espectro autista. **Brazilian Journals**. v. 3, n. 3, Curitiba, p. 4318-4326, 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais**. DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, P. Autismo. **Revista Educação Pública**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/a-revista>. Acesso: 03 out. 2020.

BOSA, C. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Brazilian Journal of Psychiatry**. Porto Alegre, v. 28, n. 1, maio 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 03 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acessado em: 28 de jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial>. Acesso em: 29 jan. 2020

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 28. jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html>. Acesso em: 28 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 jan.2020.

BRENNAND, J. G.; MEDEIROS, J. W. M. de M. **Metodologia da Pesquisa**. In: Comunidades de aprendizagem e educação ao longo da vida. Editora Universitária UFPB, João Pessoa, p.335-394. 2012.

CAMPOS, A. B. **A Importância da Identificação Precoce dos Sinais de Risco para Transtorno do Espectro Autista**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/medicina/a-importancia-da-identificacao-precoce-dos-sinais-de-risco-para-transtorno-do-espectro-autista.htm>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

CARVALHO, E. N. S. de. Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 46, maio/ago. 2013.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 7. ed., Rio de Janeiro: Editora Wak, 2017.

FONSÊCA, P. et al. Hábitos de estudo e estilos parentais: estudo correlacional. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.18, n. 2, 2014.

FREITAS, E.; PRODANOV, C. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

GADIA, C.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. Autismo e Doenças Invasivas de Desenvolvimento. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 80, n. 2 (supl.), 2004.

HATTGE, M.; KLAUS, V. A importância da pedagogia nos processos inclusivos. **Revista Educação Especial**, v. 27, p. 327-339, 2014.

KANNER, L. **Pathology**: Autistic Disturbances of affective contact. Nervous, 1943. Disponível em: http://neurodiversity.com/library_kanner_1943.pdf. Acesso: 27 out. 2019.

LEON, V. C. et al. A especificidade da compreensão metafórica em crianças com autismo. **Revista Psicologia**, v. 38, n. 3, p. 269-277, 2017. Disponível em: [revistaseletronicas.pucrs.br › ojs › article › download](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/article/download). Acesso em: 22 maio 2020.

LOPES; M. In/exclusão escolar: a invenção de tipos específicos de alunos **Revista Colombiana de Educación**, p. 96-119, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4136/413635248006.pdf>. Acesso em: 19 de fev. 2020.

MATURANA, A; CIA, F. Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. v 19, n. 2, 2015.

MELLO, A. M. Ros de. **Autismo**: Guia Prático. 7. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

MELO, A.; SILVA, L. **A Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MENDES, E. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Carlos, v. 11, n. 33, 2006.

MOURA, Al. **A música como terapia no desenvolvimento da criança autista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

OLIVEIRA, A. **O papel da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília- UnB, Brasília, 2015.

OLIVEIRA, K; SERTIÉ, A. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. **Revendo Ciências Básicas**, Einstein, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. São Paulo, 1998.

RUTTER, M. Diagnosis and Definition of Childhood Autism. **Journal of autism and childhood schizophrenia**, v. 8, p. 139–161, jun. 1978.

SILVA, T. **A mediação do professor da educação infantil com uma criança com transtorno do espectro autista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SIQUEIRA, W.; TOLEDO, C. Percepção dos Pais de Crianças com TEA Sobre o Processo de Inclusão em Escolas Regulares. **Revista Científica UNIFAGOC**, v. 1. 2020

SOUZA, E. **A Inclusão da Criança com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

TEIXEIRA, G. **Manual do autismo**. Guia dos pais para o tratamento completo. Rio de Janeiro: BestSeller, 9. ed. 2017.

ULIAN, C.; MAZO, R.; DUENHAS, R. **Participação da Família no Processo de Inclusão do Aluno com Transtorno do Espectro Autista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. São Paulo, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

APÊNDICE

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Olá, meu nome é Flávia estudante de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba e gostaria de agradecer por aceitar a participar desse questionário que contribui para o meu Projeto de Conclusão de Curso (TCC) sobre o tema “Percepções de mães de alunos com transtorno do espectro autista a respeito da inclusão”. Vale ressaltar que as informações aqui prestadas serão tratadas com ética e sigilo pelo pesquisador e pela Universidade, e por isso seu nome não será divulgado. Desde já afirmo que não há respostas certas ou erradas, as respostas serão de acordo com suas vivências. Desse modo pode responder com sinceridade e com a sua opinião pessoal.

QUESTIONÁRIO

1. Com quantos anos seu filho(a) foi diagnosticado(a) com autismo?
2. Qual a idade atual do seu filho(a)?
3. Quais habilidades você percebe que seu filho tem?
4. Você sente ou já sentiu alguma dificuldade ao procurar uma escola para solicitar os direitos do seu filho(a)? (referentes à matrícula, atividades, recursos pedagógicos, recursos profissionais etc.)
5. Você consegue perceber que seu filho(a) é incluído nas atividades realizadas? Se sim, como o seu filho(a) é incluído nas atividades?